

Reclassificando o DF: naturezas e culturas no plano modernista

Reclassifying Brasília: natures and cultures in the modernist plan

Reclasificando Brasília: naturalezas y culturas en el plan modernista

João Phillip Tilopa Barbosa de Oliveira Neuen¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0601-7597>

Resumo

O presente trabalho aborda duas questões clássicas das Ciências Sociais, a construção de espaços moralmente desiguais no espaço urbano e a discussão sobre as relações entre natureza e cultura, a fim de examinar a configuração socioespacial do Distrito Federal brasileiro. Para tanto, o conceito de “vazio” é fundamental, já que se mostra como ferramenta estratégica para a organização e a classificação do espaço urbano nesta localidade. Uma constatação essencial desta pesquisa é que diversas manifestações da “natureza” participam da configuração destes espaços e de sua classificação moral, resultando em uma distribuição desigual de naturezas e grupos sociais, de maneira que beneficia as elites.

Palavras-chave: Distrito Federal, naturezas-culturas, segregação urbana, vazio espacial, regiões morais.

Abstract

This paper addresses two classical issues in the social sciences, the construction of morally unequal spaces in urban areas and the discussion about the relations between nature and culture, in order to examine the socio-spatial configuration of the Brazilian Federal District. For this purpose, the concept of “emptiness” is fundamental, as it proves to be a strategic tool for the organization and classification of urban space in this location. An essential finding of this research is that various manifestations of “nature” participate in the configuration of such spaces and their moral classification, resulting in an uneven distribution of natures and social groups, in a way that benefits the elites.

Keywords: Federal District, nature-culture, urban segregation, spatial emptiness, moral regions.

Resumen

Este trabajo aborda dos cuestiones clásicas de las ciencias sociales, la construcción de espacios moralmente desiguales en áreas urbanas y la discusión sobre las relaciones entre naturaleza y cultura, con el fin de examinar la configuración socioespacial del Distrito Federal brasileño. Para esto, el concepto de “vacío” es fundamental, ya que se muestra como herramienta estratégica para la organización y clasificación del espacio urbano en esta localidad. Una constatación esencial de esta investigación es que diversas manifestaciones de “naturaleza” participan en la configuración de estos espacios e de su clasificación moral, lo que resulta en una distribución desigual de naturalezas y grupos sociales, de manera que beneficia a las élites.

Palabras clave: Distrito Federal, naturaleza-cultura, segregación urbana, vacío espacial, regiones morales.

¹ Mestrando em Antropologia Social (PPGAS – UnB). Bacharel em Ciências Econômicas (UnB). Atualmente estuda Antropologia da Ciência e da Técnica e Antropologia Econômica e realiza pesquisa com produtores e pesquisadores de cogumelos, com foco na emergência de um grande otimismo tecnocientífico na área e a construção de futuros utópicos. Contato: joaoneuen@gmail.com.

1. Introdução

Brasília, cidade da utopia modernista, tão louvada por propor a divisão igualitária de moradia, não conseguiu escapar das tendências segregadoras que marcavam, e ainda marcam, o Brasil, país assombrado por uma enorme desigualdade social (PAVIANI, 1998). Neste trabalho, proponho equacionar algumas formas que a segregação social assumiu no Distrito Federal com o modo espacialmente desigual com que a natureza tem sido gerida. Não pretendo simplesmente sobrepor naturezas e grupos sociais em um mapa, mas evidenciar as relações no interior destas localidades que atualizam e materializam a desigualdade espacializada no DF. Aquilo que designamos como “natureza²”, funciona aqui como marca de um espaço moralizado e moralizante, e, assim, como certos grupos sociais determinam que tipo de natureza querem na sua vizinhança, outros a recebem das agências governamentais, nem sempre em estado agradável.

Como as cidades são construídas, sempre refletiu a sua desigualdade interna, mas Winner (2017) mostra como muitas das intervenções podem ser deliberadas. Ele cita o exemplo dos viadutos de Long Island, ‘Nova Iorque, construídos por Robert Moses para serem baixos, a fim de excluir a circulação de ônibus nas imediações do parque da região e, com isto, diminuir o acesso a ele por pessoas de baixa renda, em maioria negras. O racismo materializado nos viadutos é, para o autor, um entre muitos exemplos de como

artefatos incorporam políticas e ideais, nem sempre benéficos.

Contudo, também penso que este exemplo demonstra como populações periféricas e não brancas são frequentemente excluídas de espaços de lazer e de contemplação urbanos, especialmente os “naturais”, como parques, lagos, rios e reservas. Não tratarei, contudo, especificamente da exclusão destes espaços, mas como grupos sociais diversos constroem ou são permitidos a terem certos espaços na localidade onde residem, isto é, como o CEP e as marcas a ele ligadas produzem e reproduzem uma moralidade sobre o local, tanto por parte dos governantes quanto dos ocupantes. Os espaços arborizados, cursos d’água e até mesmo o próprio solo destas localidades são bastante reveladores deste caráter moral, pois participam, afinal, de “regiões morais” (PARK, 1976). Mais do que isto, são essenciais em sua construção.

O olhar que lanço sobre estes espaços foi inspirado, em especial, na tese de Henyo Trindade Barreto Filho sobre Unidades de Conservação (UCs). “Ao dirigir o foco para as UCs de uso indireto na Amazônia brasileira”, ele o faz a partir de uma “perspectiva que as compreende como *artefatos sócio-naturais* e, portanto, *históricos* específicos” (BARRETO FILHO, 2001, p.4, grifo do autor). Assim como as UCs, os parques, cursos d’água e o solo urbanos podem ser considerados “artefatos sócio-naturais”, com um caráter vivamente histórico, como mostra a própria história do DF, que analiso brevemente neste trabalho após a introdução. Ademais, como pessoa nascida,

2 Latour (2004) descreve a natureza como conceito eminentemente político e não “natural”. Como neste artigo adoto uma noção semelhante deste termo, optei pelo uso de aspas, já que o sentido não é o que se chamaria de corriqueiro.

criada e que reside no Plano Piloto, pode-se dizer que naturalizei a “cidade-parque”, e escrever este artigo foi um convite e um desafio para desvendar seus mistérios e segredos, nem sempre refrescantes como a sombra de suas árvores.

Assim, primeiramente, examinarei a noção de “vazio” e a importância desta para a história da expansão residencial no DF. Naturezas diversas compõem e materializam esta noção em espaços tangíveis, trazendo à tona a negociação entorno de qual natureza está vazia e qual não está.

Em seguida, me aprofundarei na discussão antropológica sobre as relações entre natureza e cultura, um debate já considerado clássico na disciplina, visando mostrar como a ideia dominante de uma natureza *una* é um empecilho a este tipo de investigação, assim como uma separação estrita entre natureza e cultura, ou sociedade, é, muitas vezes, infrutífera. Também, abordarei como a “natureza” tem sido manejada na modernidade, usando como referência a demarcação de áreas naturais protegidas.

Por fim, analisarei brevemente quatro casos no DF que evidenciam o caráter desigual da própria relação natureza/cultura. Entender “natureza” como “naturezas” será fundamental ou longo de todo o trabalho, possibilitando mostrar como tanto elas quanto certos grupos sociais são segregados espacialmente.

2. Brasília: entre o vazio e o ocupado

Certamente, uma noção que pode ser considerada importante na análise do fenômeno de Brasília e de sua expansão é a de

vazio. Como notam Patriota e Januzzi (2019), a noção de vazio foi, e ainda é, uma ferramenta discursiva fundamental na criação de novas ocupações habitacionais no Distrito Federal, com o consequente apagamento dos que lá já estavam. Antes deles, Paviani (1998) já apontava que o vazio como ideia foi uma ferramenta estratégica, utilizado pelas elites, para “limpar” o Plano Piloto dos trabalhadores da construção civil, que se tornaram indesejados e que “poluíam” suas paisagens.

O plano de setorização de Brasília acopla-se bem a esta ferramenta, já que o propósito dele é justamente a regulação e o controle do que se faz e onde se faz, ou até mesmo de onde não se pode fazer muita coisa. A noção de vazio, portanto, tem um caráter normativo mais que explícito e, como mostram estes autores, ela é quase uma constante na história do DF. Fundamentalmente, o que me interessa aqui é o modo como a planificação de Brasília e, por extensão, do DF, põe em relação determinados “mundos” sociais e naturais na produção destes vazios, discursiva e materialmente. Portanto, inspirando-me neste conceito, gostaria de iniciar esta seção com o que, talvez, seja o primeiro vazio de Brasília: o Cerrado.

Atualmente, o Cerrado é considerado a savana mais biodiversa do mundo, mas nem sempre foi assim. Antes da expansão agrícola para este bioma, na década de 1970, impulsionado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e fortes interesses econômicos, o Cerrado era considerado um ambiente pobre e inóspito, de clima seco e flora pouco impressionante. Importante notar que, como afirma a matéria da Rede Cerrado (“Dia Mundial do Meio Ambiente”, 2020), o

“clima seco e árido foi destacado para não revelar toda *sociobiodiversidade* que o Cerrado concentra” (grifo próprio).

Ao invisibilizar os que aqui já habitavam, eu afirmo que a construção de um imaginário de um Cerrado inóspito e difícil de conquistar foi fundamental para a consolidação de uma imagem idealizada de Brasília, ainda dominante em alguns segmentos sociais, de um “cérebro” da nação (PAVIANI, 1998). Outra imagem idealizada de Brasília, que se beneficiou do contraste com a secura do Cerrado, era a de um paraíso na terra, uma ideia com ares proféticos, que remete ao sonho de Dom Bosco em 1883, um sonho que se repete nos planos da nova capital³. Esta imagem ainda está muito viva entre as classes médias, que associam a conquista de um pedaço de terra ou céu em Brasília a uma trajetória de ascensão social individualizada (PATRIOTA; JANUZZI, 2019), assim como a imagem de um Cerrado pobre e sem importância se perpetua no coração da nossa política nacional⁴. Pois bem, mesmo com o clima árido e a “vegetação pobre”, nos planos da nova capital estavam os remédios contra a secura e a feiura das árvores retorcidas.

Entre eles, estava a construção da barragem do Paranoá e o alagamento da área que hoje é o Lago Paranoá. Uma matéria não tão antiga do Correio Brasiliense (RIOS, 2019) recupera a história controversa do Lago. Ele foi proposto pela primeira vez em 1895 por Auguste François, engenheiro francês contratado pela Missão Cruels, uma série de pesquisas

realizadas no interior do Brasil com o intuito de interiorizar o desenvolvimento do país. Considerado, por fim, essencial para o abastecimento de água, o Lago foi criticado e até ridicularizado na época de sua construção.

Atualmente, ele abriga as ruínas de uma cidade abandonada, lembrada como Vila Amaury, o que se soma à controvérsia que envolve suas águas, responsáveis por melhorar o clima e fornecer oportunidades de banho. Quantas histórias, sócio-naturais, não foram engolidas pela água para que se formasse este belo artefato, agora parte do cotidiano? A matéria se encerra em tom positivo. Apesar de tudo, o Lago cumpre sua função de proporcionar bem-estar, amenizando a secura e oferecendo diversão e frescor. Fotos de banhistas sorridentes fecham o texto.

Outro remédio, desta vez contra o fracasso estético das árvores nativas, foi a intensa arborização do Plano Piloto, iniciada na década de 1960. Este projeto de arborização concretizado, apesar de contar com uma ampla variedade de espécies, utilizou majoritariamente espécies exóticas (LIMA; SILVA JÚNIOR, 2010). Considerado um sucesso paisagístico, a ideia de uma cidade parque, mesmo com uma biodiversidade importada, concorda com o planejamento de Lúcio Costa. No entanto, a nova tendência mundial de condomínios fechados (CALDEIRA, 2000) também chegou a Brasília, com as cercas vivas entre as ferramentas mais populares na marcação de espaços de privilégio (AGÊNCIA BRASIL, 2016). Durante uma

3 Para mais sobre esta profecia, ver Nazário [s. d.].

4 Como mostra o caso da PEC nº 504/10, que pretende transformar o Cerrado e a Caatinga em patrimônios nacionais, do mesmo modo como a Amazônia e a Mata Atlântica, e que está em tramitação desde 2010, tempo demais para uma pauta tão crítica. Para mais informações, ver Araújo (2021).

caminhada pelo Plano Piloto, um olhar desatento poderia confundir por um belo parque que se mistura aos prédios com pilotis, algo que pode ser chamado de apropriação privada do espaço público, mas que tem sido cada vez mais comum.

Retornando à noção de vazio e considerando a sua importância primordial na figura do Cerrado e, conseqüentemente, no destaque dado ao paraíso modernista de Brasília, devo ressaltar que a estratégia em que este conceito é mobilizado não é apenas discursiva. Muito dinheiro e trabalho foi gasto na manutenção das barreiras entre o inóspito e o habitável, o moderno e o tradicional, a sociedade e a natureza, e entre os escolhidos para habitar esse espaço do Plano Piloto e os indesejáveis.

O vazio é produzido discursivamente pela invisibilização dos ocupantes anteriores, afirmam Patriota e Januzzi (2019). Mas, o invisibilizado retorna, na forma de movimentos políticos de justiça social, como mostram os autores para o caso do bairro Noroeste, ou como indesejáveis, no caso do grande número de trabalhadores de construção que se alojavam em barracos nas principais vias do centro de Brasília, como narra Paviani (1998). No último caso, a mobilização política para a retirada destes “favelados” [sic.] foi imensa e resultou na construção e na alocação destas pessoas para Taguatinga, Ceilândia e Samambaia. Desta forma, estas divisões foram produzidas materialmente, por meio da mão repressora do Estado.

A natureza invisível também retorna, como mostra a última destas “cidades-satélites”. Segundo Paviani (1998), a forma

apressada como Samambaia foi concebida e executada trouxe consigo a rápida destruição da cobertura vegetal, o que se fez sentir no constante risco de erosão na região. Soma-se a isto a demora na implementação de infraestrutura básica de iluminação e de saneamento, e a forma como a construção foi entregue à iniciativa privada e à conseqüente desigualdade, para se ter a ideia das condições na qual viviam ali as pessoas e que se mantiveram por bastante tempo. Atualmente, a situação pouco mudou, como mostrarei na última seção. Uma natureza em frangalhos para um povo invisível; a natureza em Brasília também tem o seu lugar e o seu não-lugar.

Uma discussão-chave é a questão das invasões que se tornam condomínios fechados. Patriota e Januzzi (2019), ao investigar o tema, retornam ao sonho modernista, citando o próprio Lúcio Costa, que se indigna frente à proliferação de invasões. De acordo com os autores, o plano original do urbanista era a manutenção de um cinturão verde ao redor de Brasília, desempenhando funções de preservação da paisagem e da água e de produção de alimentos. O cinturão verde, engolido pelos condomínios horizontais, ficaria, provavelmente, entre o Plano Piloto e os assentamentos de candangos descritos por Paviani (1998), fornecendo mais uma barreira, em adição às dezenas de quilômetros que os separa. Uma natureza com lugar e função, mobilizada por meio da mesma ideia de vazio, um vazio de gente, cujo objetivo era aumentar a distância entre o centro e a periferia.

A noção de espaço vazio, portanto, é essencial para a compreensão de Brasília

lia, desde antes de sua construção. No seu processo de expansão urbana serviu de ferramenta de legitimação da ocupação de espaços. Mas qual é a relação das naturezas com tudo isso?

3. Naturezas e sociedades: onde está o problema?

Nas Ciências Sociais, sempre houve o problema de como separar dados sociais de biológicos na análise de coletivos humanos. No início do século passado, a confusão entre ambos resultou no surgimento de uma variedade de teorias que tentavam explicar o desenvolvimento social em termos da evolução biológica, algo posteriormente suplantado. Um representante proeminente da crítica, por parte da Antropologia, a estas teorias foi Kroeber (1993, originalmente publicado em 1917). Ele argumentava que o progresso da cultura é cumulativo, fixando uma tradição que baliza toda inovação, e que não necessariamente elimina desenvolvimentos anteriores, em contraste com a evolução biológica, que envolve sempre uma perda, como no caso das aves que perderam a função dos membros anteriores para conseguirem voar. Neste sentido, o biológico sustenta o funcionamento da cultura, mas não a determina, concedendo-a um funcionamento independente. Kroeber, assim como Boas (2011, originalmente publicado em 1938), inaugura o que ficou conhecido como relativismo cultural, cujas bases incluem justamente esta rigorosa separação, que era, sobretudo, metodológica.

Mais recentemente, Descola (2011), em seu esforço para reavivar o debate sobre as relações entre natureza e cultura na Antro-

pologia, propõe quatro tipologias de organização e estabelecimento de continuidades e descontinuidades entre seres, isto é, ontologias: o animismo, o totemismo, o analogismo e o naturalismo, sendo este último a tipologia que informa os esquemas cosmológicos da sociedade ocidental moderna (DESCOLA, 2011). De acordo com esta ontologia, que opera de forma inversa ao animismo, há uma continuidade material entre os seres, mas uma descontinuidade interna entre eles. O ser humano, assim, se distingue dos outros animais pela sua vida interior, algo que recebeu muitos nomes — como alma, espírito, razão — ao longo da história das ideias.

Discutir a fundo esta ontologia está para além do escopo deste trabalho, mas as consequências deste esquema ontológico básico nos interessam muito. A ideia moderna de unidade da natureza e diversidade de culturas, a consolidação da Ciência como detentora legítima dos saberes, a exploração capitalista, entre outros, advêm deste esquema inicial. Contudo, o naturalismo é uma ontologia entre outras, como argumenta Descola, o que é uma advertência contra a totalização de seus preceitos, sobretudo metodologicamente. Neste sentido, considero importante para fins analíticos e metodológicos, doravante, o uso de “naturezas” no plural, pois, como tentarei mostrar, cada natureza diferentemente planejada e disponibilizada se liga a grupos humanos também diversos, participando na construção do que Park (1976) denominou “regiões morais”, regiões que se interpenetram, mas não se sobrepõe, e que comportam um certo número de pessoas com interesses e condições sociais comuns. Tentarei justificar minha posição.

Outra forma de esquematizar a base conceitual moderna é a realizada por Bruno Latour (2013), que argumenta que a divisão entre natureza e sociedade está no cerne do que ele denomina a Constituição Moderna. Segundo a sua face revelada (oficial), a natureza é transcendente, sendo, portanto, descoberta e desvelada pela investigação científica, ao passo que a sociedade é imanente, logo é construída pelas pessoas. Contudo, a sua face escondida (oficiosa) exhibe o oposto: que a natureza é produzida em laboratório, por inúmeras etapas de purificação, e a sociedade se vê solidificada na forma dos seus artefatos técnicos, instituições e monumentos do conhecimento.

A consequência disto é a incapacidade moderna de pensar os híbridos, as misturas, os “quase-objetos”, enquanto os multiplica em escala inédita, algo que não ocorre de forma independente, pois, como afirma o autor, é a própria incapacidade de pensá-los, quer dizer, de representá-los neste esquema dividido, que propicia a sua proliferação desenfreada. Neste esquema, o próprio relativismo cultural mostra a sua face perversa, já que, enquanto “culturaliza” a natureza dos outros, se mantém refém de sua suposta unidade. A diversidade cultural mostra que há muitas lentes por meio das quais perceber a realidade “natural” transcendente, mas apenas sociedades com uma instituição considerada relativamente à parte da cultura, “a Ciência”, possuem acesso privilegiado a esta realidade (LATOUR, 2013). O relativismo deve ser, de acordo com Latour, “natural” também.

Obviamente, a separação rígida entre natureza e sociedade é apenas o esquema oficial da modernidade, mas continua como uma

ferramenta generalizada de representação e crítica, especialmente no que diz respeito às teorias sobre o conhecimento e a política. Como afirma, no entanto, Latour, natureza e sociedade continuam se misturando, tanto no laboratório quanto no parlamento, daí o título de seu já célebre livro: “Jamais fomos modernos”.

Apesar disto, esta própria divisão foi dada, por muito tempo, como “natural”, inclusive no pensamento social, com graves efeitos na compreensão de povos não modernos. Marilyn Strathern (2014) mostra, analisando o caso concreto dos habitantes do monte Hagen, na Papua-Nova Guiné, que a estrutura ocidental moderna composta pelos binômios natureza/cultura e feminino/masculino é ali inoperante, existindo outras maneiras de classificar e produzir continuidades e descontinuidades entre os seres, como as baseadas na oposição interno/externo.

A lição para a modernidade, penso, é o fato, evidente em Strathern (2014), de que as próprias noções ocidentais de natureza e cultura se produzem mutuamente e em relação com outras oposições, como a própria oposição feminino/masculino. Para a Antropologia, no entanto, a lição mais importante da autora não é o fato de grande parte dos “nativos tradicionais” da Antropologia ignorarem um conceito de cultura, algo que se torna clássico em Roy Wagner (2010), para quem “cultura” não passa de uma ferramenta analítica criativa da disciplina. O fato destes povos não possuírem um conceito de natureza é muito mais fundamental para Strathern (2014), pelo menos em minha leitura, pois ele se mostra também como produto da

modernidade. Isto transforma a “natureza” na chave da questão.

Latour (2004) também concorda com esta posição. A noção de uma “natureza” *una* e transcendente, para ele, é o que fundamenta e legitima o poder político da Ciência, também indivisível, que reside, ironicamente, no fato de negar a política. Com o poder da Natureza em mãos, a Ciência, em busca da Verdade, se põe acima da política. O *uno* é invocado para calar o múltiplo. Só que a Verdade nunca é o mais importante na bancada do laboratório de um cientista, a Ciência é composta por cada vez mais Ciências, com suas controvérsias, embates e especializações, e inúmeros movimentos climáticos têm atuado no sentido de tornar a Natureza política. Tendo isto em mente, a lição do autor para a Antropologia é que esta não deve mais estudar povos ou culturas, mas coletivos, isto é, em sentido mais amplo, naturezas-culturas (LATOUR, 2013). Este é o olhar que proponho para a segregação espacial no Distrito Federal. O que se passa com as naturezas?

O que fazer com espaços “selvagens” sempre foi uma questão para grandes impérios e reis, que demarcavam terras para fins de caça, por serem sagradas ou até para preservar cursos de rios e madeiras de lei. Na narrativa moderna, a história heroica da criação de parques nacionais se inicia com a fundação de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, símbolo e modelo para o que se tornaria uma prática corriqueira no mundo todo. Não é coincidência que, apesar de haver, à época, um imaginário que sustentasse a permanência de certos humanos em terras “naturais” protegidas, estes humanos – indígenas

– foram sistematicamente expulsos do local que se tornaria o primeiro parque nacional dos EUA (BROCKINGTON; DUFFY; IGOE, 2008).

Áreas protegidas continuam sendo ferramentas de controle territorial nos Estados modernos e contemporâneos. No Brasil, os ventos incertos da política se fizeram sentir na história das tipologias e dos critérios para demarcação de áreas protegidas, que, como afirma Rodrigo Medeiros (2006), foi nada perto de linear. Mudando com os modelos de gestão em vigor no país, as tipologias e seus critérios técnicos são tentativas diversas de ganhar controle sobre determinadas áreas, de seus recursos e de seus moradores.

No início do movimento de conservação, estava um conceito ainda não formulado, mas que formaria a base da iniciativa: o conceito de “biodiversidade”. A sua formulação não foi pacífica, envolvendo debates sobre o valor da “natureza”: seria ele intrínseco ou utilitário? O debate ainda continua, mas o próprio conceito ficou impregnado pelo *status* quase espiritual que os defensores do valor intrínseco concediam à natureza, uma natureza para contemplação, de exuberância e imponência, que tocava o coração dos humanos (TAKACS, 1996). Isto implicou na criação de áreas de proteção exclusivas, onde a única presença humana permitida se deve à pesquisa ou ao turismo.

No entanto, a última década do século passado viu florescer um novo modelo de conservação e gestão dos territórios, onde os ocupantes tradicionais são

responsáveis pelo manejo dos recursos, operando na chave do que Adams *et al.* (2004) denominam conservação com redução da pobreza. Sua implementação, contudo, não é sem conflito.

Como apontam Brosius, Tsing e Zerner (1998), muitos níveis organizacionais separam as comunidades dos financiadores do projeto, que passa, normalmente, pela mediação de uma ONG. Neste processo de circulação de informações, as comunidades, seus territórios e suas formas de vida são definidas e enquadradas de forma extremamente genérica para os doadores, o que também implica em uma consideração apenas superficial dos problemas por dirigentes de ONGs. A comunidade, agora algo genérico, apenas na imagem, para apaziguar a consciência do primeiro mundo, se vê trabalhando a serviço de interesses alheios. No entanto, o que mais marca o argumento dos autores é a necessidade de “generificação”, tanto de naturezas quanto de culturas quando se trata do capitalismo global e de sua caridade burguesa e paternalista.

Resta, pois, retornar ao nosso quadro, onde não faltou paternalismo nas políticas de relocação de trabalhadores (PAVIANI, 1998) e onde naturezas são manejadas, deslocadas e invadidas, acompanhando os desejos da classe média (PATRIOTA; JANUZZI, 2019). Aqui, natureza significa muita coisa, o que só reforça o uso do plural.

4. As culturas e naturezas diversas do DF

Nesta seção, analisarei regiões que considero críticas para entender como naturezas diversas se associam a grupos humanos específicos no espaço urbano do Distrito Federal. Três são no Plano Piloto: o bairro do Noroeste, a comercial da 413 Norte e o Setor Comercial Sul. A última é Samambaia, um desastre ambiental antigo (PAVIANI, 1998). Meu objetivo é mostrar como determinadas naturezas são alocadas junto a certos grupos humanos na metrópole brasiliense, e como isto produz regiões morais (PARK, 1976) materialmente marcadas.

O caso do Noroeste é também analisado no trabalho de Patriota e Januzzi (2019), que segundo ele, por meio da criação discursiva de um vazio territorial, que tirou os indígenas e o seu santuário da narrativa, a legitimidade da proposta foi sendo construída. O que surpreende é o fato de atualmente o novo bairro ser exaltado como o primeiro bairro ecológico do Brasil, com captação de energia solar e coleta seletiva, conforme o anúncio de uma construtora (“Noroeste: o bairro”, 2017). Tão ecológico, que sua construção gerou a iniciativa de implementar um novo parque nas redondezas, o Parque Ecológico Burle Marx, para compensar pela área degradada, segundo a Terracap (“Governo anuncia obras”, [s. d.]).

Figura 1 – Visão aérea da Asa Norte antes da construção do Setor Noroeste

Fonte: Tavares (2011).

Na Figura 1 é possível ver a área verde acima das quadras 900 da Asa Norte e que seria, posteriormente, ocupada pelo Setor Noroeste. Fica explícito que os indígenas não foram os únicos invisibilizados pelo vazio do planejamento urbano, mas também as inúmeras árvores retorcidas, feias e cheias de cupins. O mais surpreendente, no entanto, é o teor da postagem de onde a imagem foi retirada (TAVARES, 2011), uma ode ao desenvolvimento e ao progresso, em que estudantes e indígenas são chamados de desocupados e a modernidade, na forma do Estado de Direito, é declarada vitoriosa.

Por sua vez, o Noroeste, como parte do plano “Brasília Revisitada” (PATRIOTA; JANUZZI, 2019), pode ser entendido como a atualização de dinâmicas existentes desde o início no DF, como a noção de vazio, como ferramenta estratégica (PAVIANI, 1998) e a noção de progresso, que marca a “temporalidade moderna” (LATOURE, 2013), que vê nos indígenas e no seu modo de vida um anacronismo ameaçador, assim como novos elementos neoliberais, como a ênfase na natureza como ativo (KELLY, 2013).

Figura 2 – Visão superior do Setor Sudoeste após a construção*

*Legenda: *Note como a estética é característica com a do Plano Piloto*

Fonte: Rios (2018).

Na Figura 2, mais recente, percebe-se a substituição de uma natureza por outra, agora mais semelhante ao paisagismo plano-pilotense. O Noroeste se parece mais com a parte urbana do Plano Piloto, a superquadra, o que inclui os seus problemas corriqueiros e normalmente não associados a um “bairro ecológico”. Em destaque na reportagem que consta a imagem (RIOS, 2018), destacam-se as reclamações por parte dos moradores a respeito dos indesejáveis catadores, atraídos pelo lixo que transborda das lixeiras. E As contradições se multiplicam no “bairro ecológico”, como aconteceu em outras partes do Plano Piloto, a seca e o seu símbolo maior, a árvore retorcida, foram alijadas do meio urbano.

No entanto, a ênfase não é mais na cidade parque exótica, mas no parque compensativo, o Burle Marx, logo a vista, mas

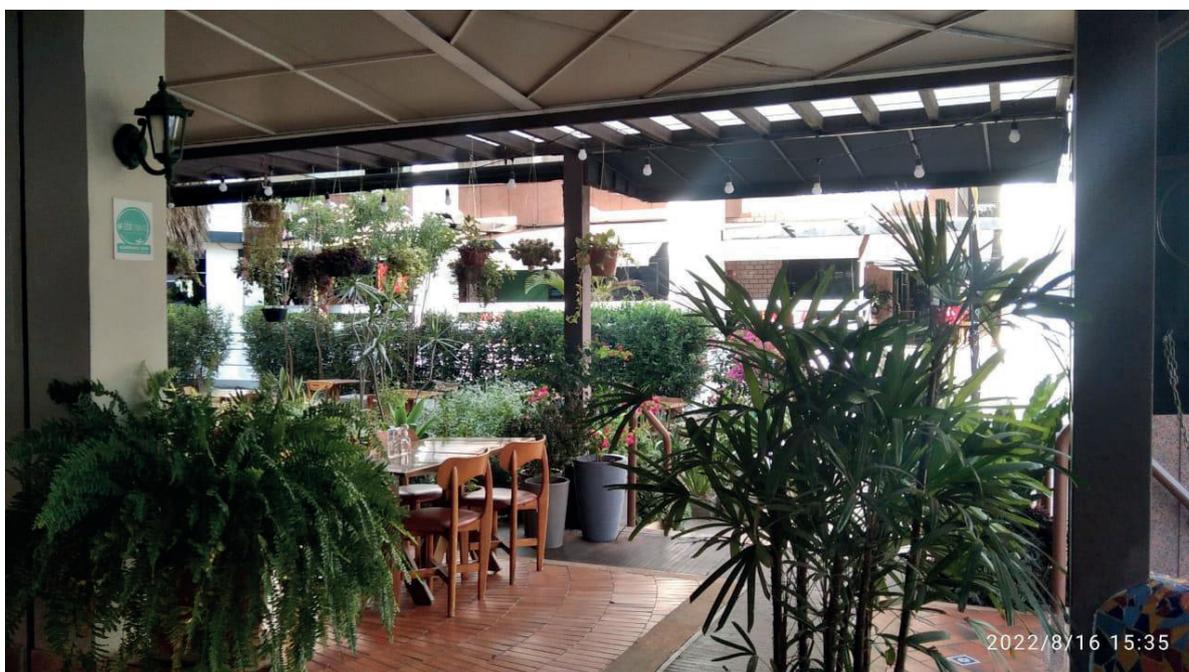
apenas para contemplação. O próprio discurso ecológico entorno do Noroeste parece se assemelhar ao da economia dos créditos de carbono, em que a falta de uma natureza em um local pode ser compensada pela sua preservação em outro. Intercambiáveis, estas naturezas são abstraídas e mercantilizadas, tornadas, assim, como comensuráveis (KELLY, 2013), mesmo que haja diferenças visíveis, como entre a Amazônia e o Cerrado. Especulação imobiliária e ambiental fazem parte de um mesmo processo, a luta por terra e sua distribuição desigual.

Em outro local, na parte inferior da Asa Norte, a Quadra 413, da qual existe apenas a comercial, está localizada ao lado do Parque Olhos D’Água. Sua ampliação foi anunciada em 2012, como afirma a reportagem do Jornal de Brasília (ARQUIVO GERAL, 2012) que destaca a importân-

cia desta para o futuro da cidade-parque, ao mesmo tempo em que também projeta o valor do parque como ativo e sua valorização. Restaurantes, bares e padarias de luxo que salpicam o térreo das comerciais, e o parque, repleto de espécies nativas e nascentes de água, convidando ao relaxamento, à contemplação e ao exercício físico, parecem se complementar em um cenário incrível, aproveitando-se do valor do parque que parece vazar pela cerca.

Assim, como nos condomínios fechados de São Paulo, a presença de vegetação é um *plus* da localidade (CALDEIRA, 2000). O “verde” assume um caráter estético marcante, transbordando a partir do parque para os estabelecimentos, como se pode ver na Figura 3, da câmera do autor deste trabalho.

Figura 3 – Um bar na comercial da 413 Norte



Fonte: autor (2022).

Esta natureza aparece como um atrativo a mais para os frequentadores destes estabelecimentos, algo incluso no *couvert*. Perfeita para a classe média da Asa Norte, esta combinação une o bucólico e o pacífico ao moderno e arrojado, com bandas de *jazz* e outras formas de música ao vivo, decoração focada em elementos vegetais e a vista para o parque, logo ao lado. O parque, assim como

as plantas que decoram os restaurantes e as calçadas, ajudam a compor uma região moral (PARK, 1976) onde a contemplação e os prazeres burgueses são altamente valorizados.

A contradição reside no fato de que há, frequentemente, pessoas morando em barracos também, logo ao lado. A L3 Norte, via próxima da UnB e da 413, está frequentemente ocupada por barracos de madeira

e lona, mesmo com os despejos frequentes de seus moradores (G1 DF, 2018). Estes despejos, assim como os realizados outrora (PAVIANI, 1998), reforçam o argumento de que, no Plano Piloto, grande parte das naturezas estão ali para serem contempladas, não ocupadas, e qualquer ocupação por parte de indesejáveis é uma afronta à ideia sagrada de vazio.

O terceiro evento-local crítico é a destruição sofrida pela horta comunitária do Setor Comercial Sul, mantida pelo Coletivo Aroeira e o Instituto No Setor em plena pandemia da Covid-19, em 10 de fevereiro de 2021, pelas mãos de funcionários da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap). Segundo a empresa, esta atendia a um pedido da Polícia Militar, preocupada com a segurança e a proliferação do tráfico de drogas, além de que o espaço “estava sujo”. Acontece que a horta não fornecia apenas alimentos, mas também fazia parte de um projeto de ressocialização de pessoas em situação de rua e dependentes químicos do Centro de Atenção Psicossocial (CAPs), algo que a matéria do Correio Brasiliense, que noticiou o fato, reconhece (SILVA, 2021).

A requisição da polícia reforça, por um lado, o caráter público, mas não comum, da natureza em Brasília. Isto é, ela está aí para ser contemplada e não manejada pela população, além de reforçar o estereótipo de criminoso associado à pessoa moradora de rua, consequência da normalização de uma “fala do crime” (CALDEIRA, 2000). Por outro lado, ela explicita a associação perigosa entre autonomia alimentar – os alimentos produzidos na horta – e as populações marginaliza-

das, que, como narra Paviani (1998), podiam simplesmente ser relocadas. Atualmente, as pessoas em situação de rua são muito diferentes dos antigos candangos. Ninguém parece lhes dever nada, nem um teto sobre a cabeça, nem alimento fresco. No planejamento urbano de Brasília parece não caber pessoas em situação de rua, e muito menos as suas hortas comunitárias, e o que este evento ilustra é como ambos estão visivelmente “fora de lugar” naquele local. Vale mencionar que a sujeira mencionada pelos funcionários da Novacap, por sua vez, pode ser entendida como uma violação do vazio idealizado, assim como a representação de um coletivo indesejado.

Finalmente, sairei do Plano Piloto e voltarei o meu olhar para Samambaia. Construída às pressas no primeiro mandato de Joaquim Roriz no governo do Distrito Federal, a área foi rapidamente desmatada, o que deixou o solo sem sustentação e sujeito à erosão, que sempre afetava os moradores que chegavam. Como afirma Paviani (1998), este problema era acompanhado de outros, no âmbito da infraestrutura, como falta de energia, saneamento, asfaltamento etc. Neste caso, parece que o descaso em relação à vegetação nativa se aliou à indiferença com que foram tratadas pessoas deslocadas, um ambiente devastado para uma população despossuída.

Pesquisando a respeito do estado atual de Samambaia em relação a estes transtornos, deparei-me com um fato curioso. Atualmente, Samambaia abriga um aterro sanitário, o que gerou uma manifestação do presidente do Conselho de Saúde da época, que alegava a destruição de uma das nascen-

tes do rio Descoberto. O governo negou tal informação (G1 DF, 2017). De acordo com a reportagem, a construção do novo aterro teve como objetivo a substituição do lixão da Estrutural, mas, com o cronograma atrasado e a ausência de previsão para as próximas etapas, tal meta é apresentada como algo indefinido. O maior impacto social, contudo, é a falta de centros de triagem para o novo aterro, o que acabou por excluir os catadores, os mesmos indesejáveis das redondezas da 413 Norte e de outros lugares do DF.

Outras denúncias de poluição intensa abundam, como a do rio Melchior, entre Samambaia e Ceilândia (“Entre Samambaia e Ceilândia”, 2021). Antes, um rio considerado bonito e até mesmo navegável; agora, se encontra ornado por uma densa espuma que se forma na superfície. Cada vez menos a natureza dos pobres se destina à contemplação ou ao prazer.

Depois de mais de 30 anos de sua fundação, Samambaia ainda recebe o refugio da capital. Os pobres e os deslocados recebem uma natureza degradada e poluída, que agrava o seu próprio sofrimento. Os que possuem melhores condições financeiras preferem morar em algum dos novos condomínios fechados, longe de tudo isso.

5. Considerações finais

Neste trabalho tentei mostrar como grupos sociais não são os únicos a se diferenciarem e serem segregados no espaço urbano. Para isto, realizei uma análise de Brasília, a cidade-parque, para ilustrar o modo como naturezas podem marcar lugares determina-

dos e se conformar a visões de mundo das camadas privilegiadas, ao passo em que são negadas a cidadãos periféricos e marginalizados. Como a heterogeneidade social é marca do urbanismo (WIRTH, 1976), também tentei mostrar como uma heterogeneidade natural o compõe e, como no caso do DF, acompanha a heterogeneidade social e a evidencia ainda mais.

No DF, a relação entre certos estratos da sociedade e as formas particulares de natureza, cria, por um lado, “espaços classificados” para os ricos (PATRIOTA; JANUZZI, 2019), e, por outro, áreas de perigo moral, referenciadas na fala do crime (CALDEIRA, 2000). Meu ponto é que tanto naturezas quanto culturas têm um papel e um lugar nesta configuração, construindo ambientes estéticos e de convivência, das mais variadas matizes, mas de maneira que sistematicamente beneficia as elites, pois elas detêm o poder de conquistar a natureza que querem, enquanto as populações periféricas apenas a recebem do poder público, para utilizar o vocabulário de Paviani. Isto, aumenta bastante a insegurança da qual estas populações estão sujeitas.

Espero que as novas nuances da distribuição socio-espacial do Distrito Federal trazidas por este trabalho sejam fecundas e inspirem novas pesquisas na região. No entanto, espero, ainda mais, que elas cheguem, algum dia, a formuladores de políticas públicas e a entidades da sociedade civil, do presente e do futuro, para que estimulem ações concretas para um mundo mais justo.

Referências:

ADAMS, William *et al.* Biodiversity Conservation and the Eradication of Poverty. **Science**, 306: 1146–1148, 2004.

AGÊNCIA BRASÍLIA. Brasília, 56 anos, de cidade parque a capital gradeada. **UOL – Congresso em Foco**, 21 abr. 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/brasil-56-anos-uma-capital-gradeada/>. Acesso em: **20 SET 2022**.

ARAÚJO, Nathália. “Você conhece a PEC 504/10?” Instituto Jurumi, 1 mar. 2021, Disponível em: <https://www.institutojurumi.org.br/2021/03/voce-conhece-pec-50410.html>.

Arquivo Geral. Parque Olhos D’Água será ampliado. **Jornal de Brasília**, 22 mar. 2012, Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/parque-olhos-dagua-sera-ampliado/>. Acesso em: ~~20 SET 2022~~.

BARRETO FILHO, Henyo T. **Da nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral da Amazônia brasileira. Tese (Doutorado em Antropologia). FFLCH/USP, 2001.

BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BROCKINGTON, Dan; DUFFY, Rosaleen; IGOE, Jim. Histories and Geographies of Protected Areas. *In: Ibid* (Orgs.). **Nature Unbound: Conservation, Capitalism and the Future of Protected Areas**, 2008, pp. 17-46.

BROSIUS, Peter; TSING, Anna; ZERNER, Charles. Representing communities: Histories and politics of community-based natural resource management. **Society and Natural Resources**, 11: 157-168, 1998.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DESCOLA, Philippe. Más allá de la naturaleza y de la cultura. *In: Leonardo Montenegro Martínez* (Org.). **Cultura y Naturaleza**, Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis, 2011.

“Dia Mundial do Meio Ambiente: a importância do Cerrado para a biodiversidade.” **Rede Cerrado**, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://redecerrado.org.br/dia-mundial-do-meio-ambiente-a-importancia-do-cerrado-para-a-biodiversidade/>. Acesso em: **20 SET 2022**.

G1 DF. Aterro sanitário em Samambaia, no DF, é inaugurado com críticas de moradores. **G1 Distrito Federal**, 17 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/aterro-sanitario-do-df-e-inaugurado-com-criticas-da-comunidade.ghtml>. Acesso em: **20 SET 2022**.

———. Barracos na L3 Norte são derrubados em operação do governo do DF. **G1 Distrito Federal**, 12 abr. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/barracos-na-l3-norte-sao-derrubados-em-operacao-do-governo-do-df.ghtml>. Acesso em: **20 SET 2022**.

“Governo anuncia obras no Parque Ecológico Burle Marx.” **Terracap**, [s. d.], Disponível em: <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/noticias/1104-governo-anuncia-obras-no-parque-ecologico-burle-marx-2>. Acesso em: **20 SET 2022**.

KELLY, Alice B. Conservation practice as primitive accumulation. *In*: PELUSO, Nancy Lee; LUND, Christian (Orgs.). **New Frontiers of Land Control**, New York: Routledge, 2013.

KROEBER, Alfred L. O superorgânico. **A natureza da cultura**, Lisboa: Edições 70, 1993, p. 39-79.

LATOUR, Bruno. **Por que a ecologia política não saberia conservar a natureza? Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 25-105.

———. **Jamais fomos Modernos**: Ensaio de antropologia simétrica. 3ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2013.

LIMA, Roberta Maria Costa e; SILVA JÚNIOR, Manoel Cláudio. Inventário da arborização urbana implantada na década de 60 no Plano Piloto, Brasília, DF. **Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, v. 5, n. 4, 2010.

NAZÁRIO, Moisés. “Muitos acreditam que santo italiano profetizou a construção de Brasília no século 19”, **Senado Federal**, [s. d.], Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/especiais/brasil50anos/not08.asp#:~:text=Em%20agosto%20de%201883%2C%20Dom,Argentina%2C%20vislumbrando%20povos%20e%20riquezas>. Acesso em: **20 SET 2022**.

“Noroeste: o bairro que saúda o futuro na cidade de Brasília.” **Blog Emplavi**, 19 maio 2017, Disponível em: <https://blog.emplavi.com.br/noroeste-o-bairro-que-sauda-o-futuro/>. Acesso em: **20 SET 2022**.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In*: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 26-67.

PATRIOTA, Cristina; JANUZZI, Vinícius. Brasília classificada. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 31, n. 1, 2019.

PAVIANI, Aldo. A Construção Injusta do Espaço Urbano. *In*: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília**, Brasília: Ed. UnB, 2ª ed., 1998.

RIOS, Alan. “Moradores do Noroeste cobram solução para problemas de infraestrutura.” **Correio Brasiliense**, 11 Jul. 2018, Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/07/11/interna_cidadesdf,694170/moradores-do-noroeste-cobram-solucao-para-problemas-de-infraestrutura.shtml. Acesso em: **20 SET 2022**.

———. “Conheça a história do Lago Paranoá, que completa 60 anos nesta quinta.” **Correio Brasiliense**, 12 set. 2019. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/12/interna_cidadesdf,781940/conheca-a-historia-do-lago-paranoa-que-completa-60-anos-nesta-quinta.shtml. Acesso em: **20 SET 2022**.

SILVA, Ana Maria da. “Horta comunitária no Setor Comercial Sul é destruída pela Novacap.” **Correio Brasiliense**, 11 fev. 2021. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2021/02/4905989-horta-comunitaria-no-setor-comercial-sul-e-destruida-pela-novacap.html>. Acesso em: **20 SET 2022**.

STRATHERN, Marilyn. 1. Sem natureza, sem cultura: o caso Hagen. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TAKACS, David. The Making of Biodiversity. **The Idea of Biodiversity: Philosophies of paradise**. London: Johns Hopkins University Press, 1996, pp. 9-40.

TAVARES, Kássia. “Setor Noroeste obtém vitória judicial e Estado de Direito triunfa.” **Blog: Política & Economia**, 28 out. 2011. Disponível em: <https://www.politicaeconomia.com/2011/10/setor-noroeste-obtem-vitoria-judicial-e.html>. Acesso em: **20 SET 2022**.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WINNER, Langdon. Artefatos têm política? **Analytica**, vol 21 nº 2, 2017, p. 195-218.

WIRTH, LOUIS. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, O.G (Org.). **O fenômeno urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 90-113.